

EDUVALE EM

Relatos e Retratos

Práticas exitosas no ensino, pesquisa e extensão.



Apresentação

O Book Institucional de Práticas Exitosas - “Eduvale em Relatos e Retratos: práticas exitosas no ensino, pesquisa e extensão” - é uma iniciativa do CEPE da Faculdade EDUVALE em parceria com os Núcleos de Ensino (NUEN), Pesquisa (NUPES), Extensão e Ação Comunitária (NEACO), Laboratórios (NULAB), Tecnologia, Informação e Comunicação (NUTIC) e NDEs dos Cursos da Instituição.

Atenta aos desafios do Ensino Superior e à importância da valorização da busca constante de práticas de metodologias ativas capazes de INOVAR, a EDUVALE tem desenvolvido estratégias institucionais com a finalidade de fomentar, oportunizar, financiar, executar e socializar os resultados e avaliações de práticas exitosas incorporadas no cotidiano dos docentes e discentes da Faculdade EDUVALE do grupo FAEF.

Este Book foi idealizado a partir da missão institucional da IES que é fundamentada em oferecer conhecimentos científicos e tecnológicos aliados à sólida formação ética, moral e humanística à população do Vale do São Lourenço, contribuindo, assim, para transformações sociais que elevem o ser humano em busca da sua dignidade e realização pessoal e adicionalmente amparado pela indissociabilidade entre a tríade ensino, pesquisa e extensão através de metodologias de aprendizagem inovadoras visando a excelência profissional de nossos docentes e egressos.

Esta iniciativa é parte estratégica da execução do Plano de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Sociedade desenvolvido nesta IES que busca a excelência institucional de forma permanente, atual, inovadora e colaborativa.

Prof^a Ana Claudia Gutierrez de Oliveira Daleffe
Edição e revisão

Prof^a Dr^a Isis Indaiara Gonçalves Granjeiro Taques
Edição e revisão

Hamanda Mendonça Ribeiro
Publicação

Jakeline Ferreira Souza
Fotografia

Maria Fernanda Gutierrez Oliveira Daleffe
Fotografia

Alice Naiane Silva França
Designer gráfico

Priscilla Reis da Silva
Formatação



Autores

Antutérpio Dias Pereira
Dayane Ap. do Nascimento Cardoso
Diego Campos Pereira
Francisco Eudes Gomes de Lima
Isabel Ferreira Barcelos
Joseane Malheiros Alvim Parmigiani
Lucas Henrique Mascarenhas
Magno Rafael Miranda Santos
Rita de Cássia Mendes da Silva
Tales Passos de Almeida
Vilso da Silva Franco
Vinícius Piccini Nunes
Wesley Silva Mauerverck

The background is a solid dark green color with a repeating pattern of white line-art icons. These icons include various educational items: a paint palette, a laptop, a backpack, a book, a leaf, a pencil, a paintbrush, a test tube, a microscope, a chalkboard with the equation $2+2=$, and an open book.

EDUVALE EM

Relatos e Retratos

Práticas exitosas no ensino,
pesquisa e extensão.





METODOLOGIAS ATIVAS: A SALA DE AULA INVERTIDA COMO FORMA DE POTENCIALIZAR AS AULAS DE HISTÓRIA DO DIREITO

Antutérpio Dias Pereira, Wesley Silva Mauerverck, Rita de Cássia Mendes da Silva, Diego Campos Pereira

Direito, Atividade de Ensino
Metodologia emprega: Sala de aula invertida

Nas aulas introdutórias sobre história do direito percebemos que a maioria (83%) dos alunos não se interessavam por História e tinham muitas ressalvas sobre a disciplina de História do Direito. Para diminuir a resistência começamos explicando a junção da disciplina com a vida do estudante e do futuro advogado (que a nosso ver tem de ser uma pessoa culta e com um conhecimento amplo sobre vários temas).

Em relação a metodologia ativas escolhemos a sala de aula invertida porque o nosso principal objetivo é incentivar os alunos para que aprendam de forma autônoma e participativa, partindo de problemas e situações reais. Nessa proposta, o estudante está no centro do processo de aprendizagem, participando ativamente e sendo responsável pela construção do conhecimento.

Necessitávamos de uma técnica que otimizasse o nosso tempo Otimização de tempo porque o conteúdo era muito extenso e as aulas reduzidas. E não poderíamos gastar a maior parte da aula expondo um conteúdo completamente novo para os alunos. Isso podia gerar muitas dúvidas, perguntas e interrupções na aula. Disponibilizávamos o conteúdo com antecedência via grupos de WhatsApp porque entendemos que se o alunos já têm contato prévio com a matéria antes da aula, há muito mais chance de surgirem menos dúvidas e a aula render muito mais e ele reter uma quantidade maior de conhecimento.

São muitos os benefícios ao trazer as metodologias ativas para dentro da sala de aula. O principal é a transformação na forma de conceber o aprendizado, incentivando que o aluno pense de maneira diferente e resolva problemas conectando ideias atuais com o passado e usando o mesmo para construir uma base intelectual sólida. Com essa metodologia conseguimos que 97% dos alunos obtivessem êxito nas avaliações aplicadas pela Faculdade.

SALA DE AULA INVERTIDA COMO FORMA DE COMBATER A DESINTERESSE ACADÊMICO NA DISCIPLINA DE EXTENSÃO

Antutérpio Dias Pereira, Wesley Silva Mauerverck, Rita de Cássia Mendes da Silva, Diego Campo
Pereira

Direito, Atividade de Extensão
Metodologia emprega: Sala de aula invertida

No transcorrer das aulas de extensão com a turma do terceiro semestre de Direito percebemos que a mesma não entendia muito o significado de ciência, método, pesquisa e por isso tivemos que desconstruir muitas informações falsas (fake News) sobre as políticas de assistência sociais.

Uma das maiores dificuldades foi tentar derrubar a noção de aplicação das provas que eles carregam do Ensino fundamental e Médio sendo que no pior dos cenários: os alunos são obrigados a responder às questões sem qualquer possibilidade de pesquisa como se no mundo real os melhores profissionais não desenvolvessem suas profissões diariamente realizando consultas a colegas, na Internet, em livros... Ou seja, uma completa desconexão entre o mundo real e o que é “ensinado” em nossas escolas.

O nosso objetivo principal foi trabalhar com uma metodologia que propiciasse aos alunos a construção de uma independência intelectual. Por isso escolhemos a sala de aula invertida. Nela tem-se uma mudança na forma tradicional de ensinar. O conteúdo passa a ser estudado em casa e as atividades, realizadas em sala de aula. Nessa etapa o aluno tenta abandonar a postura passiva de ouvinte e assume o papel de protagonista do seu aprendizado.

Através do modelo de sala de aula invertida o professor pode propor abordagens pedagógicas inovadoras, que tornem o processo de ensino aprendizagem muito mais dinâmico, prático e vinculado a realidade. Além disso, as características deste método alternativo também possibilitam maior tempo e espaço para desenvolver habilidades diversas: a autonomia, a capacidade na resolução de problemas, o senso crítico, a colaboração e a criatividade dos alunos.

Mas como realizar essa tarefa pedagógica com o disciplina de Extensão? Utilizamos a princípio o diálogo e a tutoria (professor como tutor), no qual os alunos tiveram a princípio uma orientação de como iríamos trabalhar a parte teórica e a parte prática que foi potencializada através da escolha do tema que deveriam ser transformados através da pesquisa em um produto que foi escolhido como a produção de um vídeo (que após foi sugerido pelos alunos a ampliação para três). A turma foi dividida em três turmas que ampliaram as pesquisas, construíram o seu referencial teórico e no final 100 % conseguiram finalizar na data estipulada a produção do material (vídeos).

A PERSPECTIVA JURÍDICA SOBRE CRIMES SEXUAIS: LEGISLAÇÃO E PUNIÇÃO

Magno Rafael Miranda Santos, Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso, Antutérpio Dias Pereira,
Rita de Cássia Mendes da Silva
Direito, Atividade de Extensão
Metodologia empregada: aprender fazendo - palestra

Este evento visou promover a conscientização sobre a gravidade dos crimes sexuais e fornecer orientações para prevenção e combate desses crimes. A violência sexual é um problema sério que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, causando danos físicos, psicológicos e sociais. É essencial discutir o tema, analisar as leis existentes e propor estratégias para aprimorar a aplicação dessas leis. Além disso, é importante fornecer suporte psicológico e informar sobre os recursos disponíveis para as vítimas.

Dentre os objetivos, podemos citar: analisar os efeitos nocivos dos crimes sexuais na sociedade e fornecer orientações para prevenção e combate desses crimes; discutir o papel da educação na prevenção de crimes sexuais, incluindo a conscientização sobre consentimento, respeito mútuo e prevenção da violência sexual; explorar o perfil dos agressores de crimes sexuais, incluindo possíveis fatores psicológicos e sociais que contribuem para esses crimes, a fim de fornecer orientações para intervenção e tratamento; avaliar a eficácia das leis existentes de combate aos crimes sexuais e propor estratégias para melhorar a aplicação dessas leis; analisar o impacto dos crimes sexuais na saúde mental das vítimas e fornecer orientações para cuidados e suporte psicológico.

Nesta atividade foi realizada uma palestra intitulada "A perspectiva jurídica sobre crimes sexuais: legislação e punição". A palestra foi ministrada por duas advogadas e ativistas renomadas no assunto, Eliana Lopes de Lima e Michelle Marie de Souza. Durante a palestra, foram abordados diversos aspectos relacionados aos crimes sexuais, incluindo seus efeitos nocivos tanto para as vítimas como para a sociedade, assim também formas de prevenção, combate, legislação aplicável e punição. Durante a palestra, foram utilizadas estratégias como apresentação de dados estatísticos, compartilhamento de experiências práticas, discussões sobre as leis existentes, recursos disponíveis para as vítimas e estímulo à reflexão crítica sobre a cultura do estupro e outras formas de violência de gênero.

A interação entre o professor mestre Magno Rafael Miranda Santos, proponente do evento, as convidadas Eliana Lopes de Lima e Dra. Michelle Marie de Souza, e a representante da professora Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso, psicóloga e docente da faculdade EDUVALE, a psicóloga e psicanalista Lindcélia dos Santos, trouxe uma abordagem abrangente e multidisciplinar aos temas discutidos. Essa combinação de expertises permitiu uma compreensão mais rica e aprofundada das questões relacionadas à justiça, prevenção de crimes sexuais e direitos humanos.

Além dos palestrantes, também tivemos a participação ativa dos alunos dos cursos de Direito do sétimo semestre e de Psicologia do terceiro e nono semestre. A presença desses futuros profissionais demonstra o interesse e o engajamento na busca por conhecimento e aprimoramento em suas respectivas áreas de estudo.

Espera-se que a palestra promova a conscientização sobre a gravidade dos crimes sexuais, incentivando a reflexão crítica e o engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Além disso, é esperado que os participantes adquiram conhecimentos relevantes sobre prevenção, combate e legislação relacionada aos crimes sexuais. A atividade pode ter um impacto duradouro ao

estimular os participantes a se tornarem agentes de mudança, atuando como defensores dos direitos das vítimas e promovendo ações de prevenção e apoio. O evento foi extremamente positivo em relação aos resultados alcançados, proporcionando um valioso momento de aprendizado, intensa troca de experiências e uma profunda reflexão sobre os temas abordados. Ficamos satisfeitos em perceber como a diversidade de perspectivas e conhecimentos presentes contribuiu significativamente para uma formação mais completa e abrangente dos estudantes.



A AULA QUE VAI ALÉM DOS LIVROS: A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO APRENDIZADO NA ELABORAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Tales Passos de Almeida
Direito, Atividade de Ensino
Metodologia Empregada: Aprendizagem Baseada em Problemas

Certamente, a metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) possui expressivo potencial para, entre outras coisas, modificar ambientes tradicionais de estudo, concedendo-lhes através da otimização do ensino e da aprendizagem a praticidade necessária ao enfrentamento de questões jurídicas que se (re)constroem no seio da sociedade de forma abrupta, emergencial, imprevisível e, em velocidade abissal.

Também é plausível encontrar na ABP uma nova forma de engajar alunos, formando egressos possuidores de habilidades mais próximas daquilo que o mercado exige, em matéria de resolução de problemas, capazes de empregar iniciativas criativas e oportunas que tragam bons resultados diante de problemas cada vez mais difusos, inspirando-se, por vezes, em problemas similares já solucionados

Deste modo, essa metodologia foi utilizada na aula prática e exitosa realizada no dia 29 de maio de 2023 para capacitar acadêmicos do 7º Semestre do Curso de Direito a enfrentarem desafios reais do mundo jurídico. Essa aula foi de suma importância para a formação dos alunos pois consistiu na análise do caso de uma empresa fortemente ligada ao agronegócio que aprovou em assembleia de sócios específica, por unanimidade, a propositura de medida judicial para evitar a decretação de sua falência e com isso, a perda da função social e econômica da empresa, enfrentando um gravíssimo quadro de crise, o que exigiu do administrador a contratação dos serviços profissionais de um advogado.

A sociedade analisada foi constituída regularmente em 1982, tendo como objeto social o cultivo de leguminosas e oleaginosas em áreas irrigadas, o comércio atacadista de grãos para distribuição no mercado interno e a exportação para a China de dois terços da produção. Embora a sociedade passe atualmente por crise de liquidez, com vários títulos protestados, nunca teve necessidade de impetrar medida preventiva à falência.

Assim, a corporação analisada se viu, com o passar dos meses de crise mundial pandêmica, em delicada posição, não lhe restando outra opção, senão a de requerer, judicialmente, uma medida para viabilizar a





superação desse estado lastimável, vez que vislumbrava maneiras de conservar a empresa e sua função social com a conquista de novos mercados internos e externos.

Nessa ocasião, o objetivo maior foi desafiar os estudantes a atuarem como verdadeiros operadores do Direito e resolver problemas reais, através da elaboração de uma petição inicial de Recuperação Judicial de Empresas. Assim, os alunos foram instigados, através desse estudo de caso, a utilizar a metodologia ABP para discutirem tecnicamente em grupo, desenvolverem

habilidades como pesquisa jurídica, analisarem documentos, melhorarem a argumentação e redação jurídica, aplicando esses conhecimentos na resolução do problema proposto.

Sob o mesmo viés, foram analisadas a retomada e a revitalização dos negócios e a imprescindibilidade da adoção de soluções alternativas e prazos diferenciados e mais longos, como forma de evitar-se a indesejável falência da corporação tudo com aplicação de conhecimentos teóricos contemplados nas diretrizes para a recuperação judicial de empresas estabelecidas pela Lei nº 11.101/2005 e pela jurisprudência.

Assim sendo, infere-se que essa aula prática foi além do conhecimento teórico constante dos livros pois baseou-se na aplicação da ABP para analisar documentos e propor soluções, face a uma situação fática muito próxima da realidade regional enfrentada por empresários ligados ao agronegócio. Através da elaboração de uma petição inicial de recuperação judicial os alunos do 7º semestre do Curso de Direito tiveram uma experiência de aprendizagem prática, imersiva, efetiva e extremamente exitosa, vez que aplicaram os conhecimentos jurídicos adquiridos para consolidar a aprendizagem e desenvolver habilidades essenciais para a prática profissional.



ÁGUA QUE AFLORA, DIREITO QUE FLUI: DISCUTINDO A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS NASCENTES DO VALE DO RIO SÃO LOURENÇO NO DIA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Tales Passos de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprendizagem Baseada em Problemas

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado anualmente em 5 de junho e incentiva a conscientização e a ação para a proteção do meio ambiente comum a todos os seres vivos. É apoiado por muitas organizações não governamentais, empresas, entidades governamentais, instituições de ensino e representa o principal dia de divulgação da Organização das Nações Unidas (ONU) em apoio ao meio ambiente.

Nesse sentido, são inúmeras as diretrizes da ONU voltadas à preservação e proteção das nascentes de água. Entre as principais destaca-se o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 6 de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e a Declaração Universal dos Direitos da Água (ONU, 1992) que estabelece princípios como o uso racional, a preservação da qualidade da água e a proteção das fontes.

No mesmo vértice, a Constituição Federal brasileira de 1988 é extremamente enfática ao estabelecer a defesa do meio ambiente como um dos princípios fundamentais do Estado. Além do que, segundo o que se depreende do artigo 225 do texto constitucional, a busca pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser vista como um direito fundamental onde a responsabilidade pela sua proteção deve ser compartilhada entre o poder público e a sociedade.

A importância da comemoração desse dia está relacionada à necessidade de inspirar cada vez mais pessoas a tomar medidas para prevenir a crescente pressão sobre a natureza e a reduzir os danos que atividades humanas causam sobre o meio ambiente. Sob essa perspectiva, os alunos do 7º e do 9º semestres do curso de Direito da Faculdade EDUVALE realizaram uma atividade exitosa, inovadora e atual acerca das questões ambientais que afligem as cidades que compõem o Vale do Rio São Lourenço.

Deste modo, o objetivo dessa atividade de extensão foi apresentar e analisar criticamente os aspectos positivos e os aspectos negativos relacionados à proteção de nascentes d'água da cidade de Juscimeira. Outro objetivo atrelado foi proporcionar aos acadêmicos do curso de Direito informações e subsídios à pesquisa, ao planejamento, a gestão e a análise de problemas ambientais que acometem às cidades do Vale do Rio São Lourenço, assim como, incentivar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de extensão, ensino e pesquisa.

Nesse contexto, o Secretário de Meio Ambiente, juntamente os demais profissionais que compõem a Secretaria do Meio Ambiente daquele município apresentaram um diagnóstico de ações ambientais implementadas na bacia do córrego Águas Claras. Também foram apresentados dados sobre a vegetação, sobre os processos erosivos, a cartografia da região, o envolvimento da comunidade na revitalização do córrego e os impactos negativos proporcionados pela ação antrópica humana advindos de uma área de



ocupação irregular como desafios à comunidade cuja solução exigirá ação jurídica e multidisciplinar.

Na oportunidade, os acadêmicos foram provocados a responder 3 importantes questões: Na sua opinião, como está o meio ambiente hoje? Qual a sua previsão para o que vai acontecer com o meio ambiente no futuro? O que você irá fazer para ajudar? Essa atividade revelou-se muito exitosa por oportunizar a análise e o debate referente a preocupação com as nascentes de água proporcionando aos estudantes de Direito um panorama completo sobre uma questão ambiental que está acontecendo na cidade de Juscimeira mas que também pode ser implementada em outras cidades que compõem o Vale do Rio São Lourenço tão rico em recursos hídricos.

Por fim, conclui-se que a compreensão dos problemas ambientais que afligem a proteção dos mananciais d'água, e o engajamento necessário às soluções, exige mais que fundamentação jurídica, mais do que o estudo das doutrinas e das diretrizes internacionais e leis nacionais que regem a salvaguarda ambiental. Explorar, debater e analisar criticamente essas questões constituem pontos cruciais à formação acadêmica voltada à atuação profissional mais humana, responsável e engajada dos futuros advogados na proteção do meio ambiente e das nascentes da região do Vale do Rio São Lourenço.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS RURAIS: COMPREENDENDO OS ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS DA RESOLUÇÃO CONSEMA 041/2021

Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Tales Passos de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprendizagem Baseada em Problemas

Existem várias leis que tratam da conformidade ambiental em propriedades rurais. Elas abrangem desde o uso e descarte de agrotóxicos até a preservação da vegetação nativa, incluindo a exigência de licenciamento para atividades que possam causar a poluição do solo ou da água, como a criação de animais para consumo humano, entre outros.

A principal delas é a Lei Federal 12.651/2012, conhecida como novo Código Florestal, aplicável a todas as propriedades rurais localizadas em território nacional, independentemente da atividade produtiva desenvolvida, ou mesmo, do uso dessas áreas somente como lazer. O Código Florestal é o alicerce de onde decorrem outros instrumentos jurídicos normativos elaborados pelos órgãos que integram a estrutura administrativa dos entes federativos da União.

Nesse sentido, o Conselho do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (CONSEMA) elaborou, em 2021, a Resolução nº 041. Esse documento regulamenta os aspectos relacionados ao licenciamento ambiental estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente, definindo, entre outras coisas, as atividades e empreendimentos que causam ou que possam causar impacto ambiental

local exigindo a adoção de providências por parte dos municípios.

Sob esse viés, o Curso de Direito desenvolveu, em conjunto com o Curso de Agronomia da Faculdade EDUVALE, com Secretaria Municipal de Agricultura, Regularização Fundiária e Meio Ambiente de Campo Verde-MT e com a comunidade não acadêmica da cidade de Campo Verde – MT, no dia 03 de junho de 2023, a atividade exitosa de extensão desenvolvida sob a forma de visita técnica, denominada “Aspectos práticos e jurídicos dos processos de licenciamento ambiental de atividades desenvolvidas em área rural segundo a Resolução CONSEMA 041/2021”.

A importância da realização dessa atividade está relacionada à necessidade de

se discutir e inspirar cada vez mais, com pessoas que habitam e produzem em uma importante região do estado de Mato Grosso, - maior produtor de grãos do país -, a adequação ambiental como aliado dos municípios na preservação e melhoria do meio ambiente, buscando uma gestão ambiental rural que facilite o acesso dos produtores locais aos benefícios que decorrem disso. Além de ser atualmente obrigatória para a obtenção de financiamento e certificações, a adequação ambiental rural oportuniza que os cuidados com a floresta se transformem em mais uma opção lucrativa dentro da propriedade.

O objetivo principal dessa atividade foi apresentar e discutir juntamente com os acadêmicos dos Cursos de Agronomia e de Direito e a comunidade não acadêmica, sob um viés prático, aspectos positivos e negativos relacionados ao fluxo de tramitação de processos de licenciamento ambiental





da Secretaria Municipal de Agricultura, Regularização Fundiária, Habitação e Meio Ambiente de Campo Verde-MT, considerada um expoente regional em matéria de regularização de atividades desenvolvidas em área rural.

Vale destacar que essa atividade desenvolvida foi plena de sucesso e muito oportuna pois a partir do objetivo principal, também foram atingidos outros objetivos como por exemplo: compreender a estrutura dos documentos que compõe o processo de licenciamento ambiental; verificar os detalhes de tramitação de processos sob a orientação do especialista responsável pela avaliação dos documentos inerentes ao licenciamento ambiental; verificar, amiúde, as atividades no âmbito rural que são passíveis de licenciamento ambiental segundo a resolução CONSEMA 41/2021, além de relacionar a teoria desenvolvida em sala de aula com a rotina prática dos processos burocráticos voltados ao licenciamento ambiental.

Ademais, nessa visita, todos os participantes tiveram a oportunidade de interagir com profissionais especializados e autoridades na área. Essa foi uma excelente ocasião para esclarecer dúvidas, trocar experiências e melhorar o conhecimento sobre o tema. Certamente também foi enriquecedora para a formação acadêmica e para a comunidade não acadêmica pois proporcionou uma visão dinâmica do licenciamento ambiental oportunizando, ao mesmo tempo, acesso ao aprendizado prático e a formação de networking.

Por último, a partir das respostas obtidas através de pesquisa de avaliação da atividade, realizada com escopo de continuar melhorando oportunizando eventos com conteúdos relevantes, o índice de acadêmicos ‘muito satisfeitos’ e ‘satisfeitos’ com a organização, a estrutura e a qualidade da apresentação desse evento foi expressiva. Sem desconsiderar as oportunidades de melhoria que serão trabalhadas, esse resultado reflete o grau de comprometimento do Curso de Direito da Faculdade EDUVALE em explorar, debater e analisar criticamente as questões que constituem pontos cruciais à formação acadêmica voltada à atuação profissional mais humana, responsável e engajada dos futuros advogados no respeito e na proteção ao meio ambiente no Vale do Rio São Lourenço.



FACULDADE EDUVALE E CIRCUITO APROSOJA: PROSPECTANDO PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES SOBRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E O MEIO AMBIENTE.

Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Tales Passos de Almeida, Rita de Cássia Mendes da Silva, Diego Campos Pereira
 Direito, Atividade de Extensão
 Metodologia Empregada: Palestra

Cada vez mais o estado de Mato Grosso, incluindo-se as áreas compreendidas pelo Vale do Rio São Lourenço, é responsável pelo aumento da produção agropecuária do país. Isso tem se consolidado, elevando esse estado à posição de liderança na produção de soja no Brasil, contribuindo para que o País figure entre os principais produtores mundiais do grão. Isso denota a imprescindibilidade de que todos, - comunidade acadêmica e não acadêmica-, estejam conscientes de que as atividades produtivas dessa leguminosa devem primar pela gestão ambiental sustentável.



É fato que a educação ambiental pode promover a participação cidadã das pessoas, incluindo-se nesse rol, acadêmicos e produtores rurais, incentivando-os a adotar práticas sustentáveis e a se envolverem na gestão e conservação do meio ambiente em que vivem e produzem. Deste modo, o Curso de Direito, juntamente com os Cursos de Zootecnia e Agronomia da Faculdade EDUVALE comprometidos em proporcionar instrumentos de conscientização ambiental e transformação social, desenvolveu o Projeto “Faculdade Eduvale e Circuito Aprosoja: prospectando perspectivas multidisciplinares sobre a produção agropecuária e o meio ambiente.

O objetivo principal dessa atividade foi prospectar conhecimentos multidisciplinares intercursos, transversais e multidisciplinares acerca da produtividade agrícola e meio ambiente e suas interrelações com os diferentes ramos do Direito, por meio da participação em eventos de relevância promovendo o intercâmbio, entre saberes acadêmicos e saberes não acadêmicos provenientes da comunidade rural do Vale do Rio São Lourenço.

Essa proposta extensionista também proporcionou que os acadêmicos dos cursos de Direito, Zootecnia e Agronomia interagissem socialmente de forma dialógica com a comunidade do Vale do Rio São Lourenço, futuro público de trabalho tomando por base um tema de suma importância: a produtividade de soja e suas interrelações com a proteção, a melhoria e a preservação ambiental. Afinal, sabe-se que o meio ambiente é fundamental para a subsistência e qualidade de vida das comunidades rurais que, muitas vezes, dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver.

A metodologia aplicada foi a escuta ativa aos palestrantes, a formulação de perguntas acerca do assunto, prestando atenção ao conteúdo e anotando os detalhes apresentados. Isso certamente ajudou a compreender melhor o tema e a absorver as informações com maior facilidade.



Vale destacar que essa atividade foi plena de sucesso e muito oportuna, vez que os acadêmicos oportunizou um espaço de aprimoramento da comunicabilidade entre acadêmicos dos Cursos de Direito, de Agronomia e de Zootecnia e a comunidade não acadêmica, em uma via interativa, de mão dupla, em prol de soluções às questões relacionadas ao Direito Ambiental, Direito do Agronegócio, Ecologia e Sustentabilidade na cadeia produtiva de soja inerentes ao Vale do São Lourenço e ao Estado de Mato Grosso. Ademais, após a palestra, foi ofertado um jantar, onde foi facultado aos acadêmicos discutir com outros participantes para compartilhar suas ideias e opiniões.

Por fim, tomando-se por base o número significativo de interessados e, principalmente as respostas obtidas na pesquisa de avaliação da atividade, minuciosamente realizada, ficou comprovada a expressiva qualidade desse evento. Sem jamais desprezar as oportunidades de melhoria coletadas nessa pesquisa que serão, cuidadosamente trabalhadas, esse resultado reflete o grau de dedicação que o Curso de Direito da Faculdade EDUVALE atribui às questões essenciais voltadas a formação acadêmica mais humana, responsável e engajada dos futuros operadores do Direito no que concerne a produtividade agrícola, a proteção ao meio ambiente sob a égide das leis no Vale do Rio São Lourenço.



LEGITIMANDO VOZES ORIGINÁRIAS: OS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS

Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Tales Passos de Almeida, Francisco Eudes Gomes de Lima

Direito, Atividade de Extensão
 Metodologia Empregada: Palestra

Desde o princípio do período republicano, o Estado Brasileiro, adotou como política indigenista a integração dos povos indígenas e isso ganhou notoriedade através da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, em 1910. Entretanto, essa suposta prática estatal de proteção, dissimulava a invasão dos territórios indígenas e apropriava-se da força de trabalho indígena e dos produtos existentes em seus territórios. Desse modo, o Brasil mantinha-se subserviente às fases de desenvolvimento do capitalismo como provedor de matérias-primas e consumidor de manufaturas e capital.



Sob essa perspectiva, a importância dessa atividade está relacionada a análise da efetividade das prerrogativas constitucionais, consagradas aos povos indígenas, os quais clamam por um olhar mais apurado e cuidadoso em relação aos seus direitos fundamentais como seres humanos originários da “*terra brasilis*”. Essa é uma questão de bem-estar, que envolve a homologação de suas terras, a disponibilidade de serviços de saúde e educação específicos, bem como o respeito por suas tradições, que podem ser vistos como requisitos essenciais à sobrevivência desses povos.

O objetivo principal dessa atividade foi contribuir para a compreensão e a conscientização acerca da universalidade dos Direitos Humanos em suas diferentes temáticas promovendo apresentações e debates para a comunidade acadêmica e não acadêmica da cidade de Jaciara e adjacências. Atrelados a isso,

estavam outros objetivos, tais como: estimular a reflexão crítica sobre a situação dos direitos humanos dos indígenas no Brasil atual; destacar os desafios enfrentados na proteção dos direitos humanos frente a diferentes contextos, relacionados à comunidade indígena.

Também estava entre os propósitos desse evento, discutir as políticas e legislações que existem para proteger os direitos humanos dos povos indígenas, bem como os órgãos internacionais e nacionais que se dedicam a esse tema e proporcionar às comunidades acadêmica e não acadêmica o acesso a diferentes perspectivas promovendo o aprendizado de forma transversal tendo como eixo unificador o estudo dos Direitos Humanos.

A metodologia empregada nesse projeto consistiu na realização de palestra em conjunto com a Ordem de Advogados do Brasil, Subseção Rondonópolis, cujo tema foi “Os Direitos Humanos dos povos indígenas”. Esse assunto foi apresentado e aberto ao debate a um público de 168 pessoas, integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade não acadêmica do Vale do Rio São Lourenço, por pesquisador renomado, no dia 03 de maio de 2023, no horário das 19h00 às 22h00, no Auditório da Faculdade.

Diante do que foi até aqui exposto e diante das respostas obtidas através de pesquisa de avaliação dessa atividade, é notório que o público participante se sentiu ‘satisfeito’ com a organização, a estrutura e a qualidade da apresentação desse evento. É importante lembrar do compromisso de trabalhar com afinco as oportunidades de melhoria relatadas na pesquisa.

Por derradeiro, vale destacar que o Curso de Direito da Faculdade EDUVALE preocupa-se com a promoção de um currículo diferenciado, mais humano, que qualifique as pessoas e popularize o conhecimento científico contribuindo para a garantia de valores democráticos de respeito e proteção à dignidade da pessoa humana e aos Direitos Humanos dos Povos Indígenas.



NUPRAJU ITINERANTE

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Rita de Cássia Mendes da Silva

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) desempenha um papel vital na formação de estudantes de Direito, fornecendo oportunidades para aplicar seus conhecimentos teóricos na prática e desenvolver habilidades essenciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU desempenha um papel importante ao oferecer serviços jurídicos gratuitos à comunidade carente, contribuindo para garantir o acesso à justiça e resolver questões legais muitas vezes negligenciadas.

Este núcleo não se preocupa apenas com a preparação técnica dos alunos, mas também com sua formação social e humanística. Ele busca integrar os alunos nas comunidades em que estão inseridos, estabelecendo diálogos, parcerias e oferecendo orientação jurídica gratuita a populações carentes, priorizando visitas a comunidades mais necessitadas.

Essas visitas incluem atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social, permitindo que os estudantes se tornem não apenas profissionais bem preparados para o mercado, mas também agentes de transformação em suas comunidades. O objetivo é não apenas prestar serviços jurídicos, mas também despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional.

Através da prática jurídica, os alunos são estimulados a pensar de forma jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na prática. O projeto envolve visitas a bairros carentes, onde são realizadas entrevistas para identificar situações de conflito ou necessidade de intervenção jurídica. Depois dos atendimentos, os alunos elaboram pareceres e, quando necessário, iniciam procedimentos judiciais, sempre sob supervisão dos professores. Caso não seja necessária a intervenção judicial, os requerimentos são arquivados após aprovação de um Professor-Orientador. Quando a intervenção judicial é necessária, o processo é devidamente instruído e encaminhado às autoridades competentes.

Deste modo o NUPRAJU desempenha um papel crucial na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 1º de novembro de 2022, os estudantes do 8º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), executaram com êxito o principal objetivo de prestar serviços jurídicos às comunidades dos bairros de Juscimeira – MT e região. Isso proporcionou um contato direto com as demandas da profissão e do público, enriquecendo e aprimorando suas habilidades através de atividades orientadas pelos professores.

Como resultado dos atendimentos, foram elaborados pareceres e, quando necessário, ações judiciais foram iniciadas. A responsabilidade pela elaboração de documentos processuais, pareceres e relatórios dos atendimentos recaiu sobre os acadêmicos, sempre sob a supervisão dos professores orientadores.

Após a fase inicial dos atendimentos, os alunos avaliaram as condições dos assistidos e, quando adequado, forneceram orientações apropriadas, sempre com a supervisão do professor orientador. Quando ficou claro que não seria necessária intervenção judicial ou administrativa, os requerimentos foram registrados pelos alunos e, após revisão de um professor, arquivados.

Quando a intervenção judicial se mostrou necessária, os requerimentos passaram por uma segunda fase, na qual informações adicionais e documentação relevante foram coletadas. Também foi marcada uma data para o retorno do atendimento para dar continuidade ao processo.



Durante esse intervalo, os procedimentos foram revisados pelos estagiários e, após supervisão adequada, encaminhados para abertura das pastas dos clientes, aguardando a documentação e as providências necessárias por parte dos assistidos.

Após a devida instrução do requerimento, os estagiários apresentaram petições judiciais e, após revisão do professor orientador, os documentos foram encaminhados para distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente.

Feito o atendimento e eventualmente chegando-se à conclusão de que não será necessária a intervenção em processo judicial ou administrativo, os requerimentos foram registrados pelos alunos, de modo que após o visto de um Professor-Orientador, foram imediatamente arquivados.

Quando sendo necessária a intervenção em processo judicial, os requerimentos passaram por uma segunda fase, na qual foram colhidos mais informações e documentação possíveis e necessários, ao passo que foram marcadas uma data para o retorno do atendimento para o devido prosseguimento.

Nesse intermédio, tais procedimentos foram devolvidos pelo estagiário, devidamente supervisionados, onde na sequencia darão para abertura da pasta do cliente, enquanto aguarda documentos e demais providências a cargo do mesmo.

Devidamente instruído o requerimento, o estagiário peticionou e, depois da peça examinada pelo Professor-Orientador, foram devidamente encaminhada à distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente.

Por fim, concluiu-se que o Núcleo de Prática Jurídica desempenhou um papel essencial na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes experiências práticas e promovendo o acesso à justiça para comunidades carentes. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas, preparando os futuros advogados para desempenhar um papel transformador na sociedade.



ALUNOS NO CAMPO, VIVENCIANDO A FAZENDA ESCOLA

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Tales Passos de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) desempenhou um papel vital na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática. Isso envolveu o desenvolvimento de habilidades essenciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU teve um impacto significativo ao oferecer serviços jurídicos gratuitos às comunidades carentes, garantindo o acesso à justiça e lidando com questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, a ênfase não se restringiu apenas à preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupou com a formação social e humanística deles, integrando-os nas comunidades locais. Isso foi alcançado por meio de visitas a comunidades carentes, nas quais os alunos ofereceram orientação jurídica gratuita, estabeleceram parcerias e realizaram atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo foi além da simples prestação de serviços jurídicos; visava despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional. Através da prática jurídica, os alunos foram incentivados a adotar uma mentalidade jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na resolução de casos reais. Isso incluiu a elaboração de pareceres e, quando necessário, a tomada de medidas judiciais, sempre sob a orientação de professores.

Quando não foi necessária intervenção judicial, os requerimentos foram arquivados após revisão de um professor. No entanto, quando a ação judicial se fez necessária, o processo foi devidamente preparado e encaminhado às autoridades competentes.

Em resumo, o NUPRAJU teve um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 26 de novembro de 2022, os estudantes do 8º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram a Fazenda Escola, visando levar os alunos ao encontro do Direito Ambiental.

O principal propósito dessa iniciativa foi permitir que os alunos tivessem uma experiência direta com a natureza, concentrando-se especificamente em oferecer exemplos reais de Áreas de Preservação Pública, direitos dos animais, licenças necessárias para tê-los, etc., e, certamente, fazê-los entender como funcionava tal logística e burocracias, tudo isso por meio de uma série de atividades orientadas pelos professores.

Essa iniciativa teve como objetivo proporcionar aos alunos uma compreensão prática da extensão da Faculdade Eduvale, modernizando o trabalho no campo e explorando o sistema agrícola, além dos requisitos necessários para o cultivo e o desenvolvimento das plantas.

Os alunos tiveram a oportunidade de vivenciar a vida no campo e participar das atividades agrícolas e pecuárias realizadas naquela região. A visita técnica desempenhou um papel fundamental ao permitir que os alunos conectassem o conhecimento teórico com a prática, aprimorando assim sua compreensão dos conceitos aprendidos em sala de aula.

O projeto foi desenvolvido para os alunos do 8º semestre em busca de conhecimento em Direito Agrário. O NUPRAJU, preocupou-se não apenas com a formação técnica de seus alunos. O projeto teve como objetivo levar esses acadêmicos ao encontro do Direito Ambiental, um ramo jurídico que abrange um conjunto de leis, normas e princípios destinados à proteção do meio ambiente em sua totalidade, à preservação das espécies e à melhoria da qualidade de vida.

Os impactos sociais e ambientais gerados à sociedade com a criação e o efetivo funcionamento do NUPRAJU foram inúmeros e, dentre eles, destacaram-se o acesso à justiça de modo menos burocrático e mais equânime, bem como a celeridade na resolução das questões controvertidas.



NUPRAJU “MÃO NA CONSCIÊNCIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: ATENDIMENTO NA PRAÇA TAMOIOS (AGOSTO LILÁS).

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Rita de Cassia Mendes da Silva,
Isabel Ferreira Barcelos

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

A violência é uma realidade na vida de mulheres de variadas classes sociais, raças, orientações sexuais, e graus de escolaridade. Por ser tão prevalente, e por ser fator associado a alto risco de morbidade e mortalidade feminina, a violência contra a mulher apresenta-se como um significativo problema de saúde pública, que deve ser discutido e enfrentado por toda a sociedade. Referido assunto é uma preocupação global e um desafio persistente. Por tais razões, o NUPRAJU procura demonstrar que é possível implementar práticas exitosas para apoiar e atender as vítimas de violência de gênero de forma eficaz.

Neste contexto, o projeto “Agosto Lilás” foi realizado com vistas a proporcionar aos alunos ambiente que lhe permita aprender a identificar e acolher corretamente as mulheres vítimas de violência, evento que incentiva o atendimento à essas mulheres, especialmente no Vale de São Lourenço.

É certo que o investimento na formação de profissionais que possam identificar sinais de violência, oferecer apoio adequado e garantir que as vítimas se sintam ouvidas e respeitadas é excelente, ao passo que promover campanhas de conscientização é uma prática essencial. Isso não apenas educa a sociedade sobre os diferentes tipos de violência de gênero, mas também encoraja as vítimas a denunciarem abusos e a buscar ajuda.

A colaboração com a polícia e o sistema de justiça é fundamental, motivo pelo qual a Faculdade Eduvale, por meio do NUPRAJU e do curso de Psicologia, estabeleceram protocolos de cooperação e convênios com a Polícia Civil, para que as vítimas recebam, além da proteção, auxílio jurídico e psicológico adequados, indo muito além de buscar com que os agressores sejam responsabilizados judicialmente, mas trazer mais tranquilidade e amenizar os impactos disso na vítima.

Neste projeto, os alunos foram orientados a verificar a condição de carência do interessado e, posteriormente, passaram à entrevista propriamente dita para colheita de informações sob a supervisão do Professor-Orientador. Em seguida, com a colheita de informações, realizaram as orientações pertinentes, e chegando-se a conclusão de que não seria necessário a intervenção em processo judicial ou administrativo, o requerimento foi registrado pelos alunos e, após o visto de um Professor-Orientador, enviado ao arquivo.

Lado outro, verificando-se a necessidade e adequação da intervenção judicial, deu-se início a segunda fase do atendimento, com a colheita de mais informações e realizado o registro de eventual necessidade de documentos, abertura de pasta do cliente e agendamento de retorno para a continuidade do atendimento. Ainda, a depender da situação, a pessoa interessada pode ser encaminhada para ser cuidada da parte psicológica, uma vez que na grande maioria das vezes a vítima acaba desenvolvendo algum sintoma do estresse vivido, seja qual for a violência tenha experimentado.

Todo o procedimento é realizado pelo aluno sob a supervisão do Professor-Orientador, seja do Direito, seja de Psicologia. Com isso, de posse de todos os documentos necessários, o aluno redige a peça e a submete ao exame do Professor-Orientador. Constatada as condições adequadas, a petição é encaminhada à distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente. Para atribuição de nota final ao aluno foi levado em consideração o seu envolvimento, e o grau de dificuldade do caso.

As experiências obtidas pelos alunos com a participação no presente projeto ultrapassaram o mero atendimento técnico burocrático, pois criou-se um ambiente que oportunizou aos alunos visualizarem a complexidade de casos dessa natureza, e o impacto da abordagem nas vítimas de violência doméstica, além da importância de uma escuta eficaz e a construção de rede de apoio à vítimas e eventuais crianças afetadas.

Os alunos puderam, ainda, perceber a necessidade de engajar a comunidade para combater o estigma e aumentar o apoio às vítimas.

Deste modo, infere-se que a criação do presente projeto e o respectivo envolvimento dos alunos foi extremamente exitosa, pois além de agregar conhecimento técnico, oportunizando a estes praticarem os conhecimento obtidos em sala de aula, também lhe conferem formação humanística, com vistas a formação de agentes de transformação social.





NUPRAJU – CRIANÇA E CIDADANIA

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Rita de Cássia Mendes da Silva, Tales Passos de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) assume um papel essencial na formação de estudantes de Direito, oferecendo-lhes a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades cruciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU desempenha um papel fundamental ao proporcionar serviços jurídicos gratuitos para comunidades carentes, garantindo assim o acesso à justiça e abordando questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, o foco não se restringe apenas à preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupa com sua formação social e humanística, integrando-os nas comunidades locais. Isso é realizado por meio de visitas a comunidades carentes, onde os alunos oferecem orientação jurídica gratuita, estabelecem parcerias e realizam atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo vai além da prestação de serviços jurídicos; visa despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional, razão pela qual, o NUPRAJU desempenha um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 15º de novembro de 2022, os estudantes do 8º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram na Escola Municipal Magda Ivana, visando levar serviços jurídicos a comunidade de Jaciara – MT e trabalhar com o desenvolvimento pessoal e social das crianças.

Essa ação teve como principal objetivo proporcionar às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e atuante através da descoberta e interiorização de valores éticos de cidadania. Ela atuou como o elo entre cidadania e garantia de direitos da criança, promovendo a conscientização e consolidando suas ações dentro da política da assistência social. A ação efetivou e ampliou a participação nos serviços da rede e equipamentos da região do Vale de São Lourenço, garantindo ainda, para as crianças e familiares envolvidos, uma escuta qualificada e encaminhamentos assertivos.

Além disso, o NUPRAJU integrou atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento contínuo das habilidades necessárias em diversas carreiras jurídicas, como interpretação, redação, argumentação, negociação e sensibilidade humana.

Também promoveu uma variedade de atividades interessantes para as crianças, proporcionando oportunidades de lazer e interação educativa, com pequenas palestras da Polícia Civil, militar e Corpo de Bombeiros. Ainda, os alunos conversaram com as crianças participantes buscando valorizar a autoestima infantil, destacando direitos e responsabilidades, elaborando junto com o desenvolvimento do raciocínio lógico das crianças e oferecendo jogos e brincadeiras educativas para estimular o exercício constante de sua cidadania.

A ação proporcionou condições para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e ativa entre as crianças e adolescentes, com foco na descoberta e internalização de valores éticos de cidadania. Isso envolveu a colaboração da faculdade em seu papel social junto à população de Jaciara, com ênfase no desenvolvimento teórico, técnico e humano dos alunos do Curso de Direito.

Sob a orientação dos professores, os alunos compartilharam atividades e brincadeiras que

abordaram temas de cidadania, direito e educação com as crianças, permitindo que estas aprendessem de forma prática e lúdica. O objetivo, além de levar a educação às crianças, era despertar o desejo dos alunos de contribuir para a sociedade em que vivem, aplicando efetivamente o conhecimento adquirido em sala de aula. Os alunos, com a devida orientação, trabalharam para promover o desenvolvimento de uma cidadania consciente e ativa nas crianças, através da descoberta e assimilação de valores éticos relacionados à educação, utilizando atividades como meio para alcançar esse objetivo.

O projeto foi desenvolvido para atender às pessoas carentes que estiveram presentes no evento. Durante o evento, foram realizadas atividades recreativas com o propósito de proporcionar às crianças e adolescentes a oportunidade de desenvolver uma cidadania consciente e ativa, através da descoberta e incorporação de valores éticos de cidadania. Tudo isso ocorreu sob a supervisão dos professores-orientadores.

Além disso, o projeto visou promover uma variedade de atividades interessantes para as crianças, oferecendo oportunidades de lazer e interação educativa. O objetivo era valorizar as crianças, estimular a autoestima infantil, destacar direitos e deveres, desenvolver o raciocínio lógico e proporcionar jogos e brincadeiras educativas.

Os alunos participaram ativamente das atividades recreativas com as crianças e suas famílias, com o intuito de despertar a empatia pela sociedade. Durante o evento, também iniciaram o atendimento a algumas pessoas, onde os estagiários verificaram as condições de carência dos interessados e, quando necessário, coletaram dados e forneceram orientações adequadas aos clientes, sempre sob a supervisão do Professor-Orientador.

Após o atendimento e, quando necessário, a conclusão de que não seria preciso prosseguir com um processo judicial ou administrativo, os alunos registraram o requerimento. Posteriormente, após a revisão e aprovação de um Professor-Orientador, o requerimento foi imediatamente arquivado.

Quando se tornou necessária a intervenção em um processo judicial, o requerimento passou por uma segunda fase, durante a qual foram coletadas informações adicionais e, se necessário, a documentação relevante foi registrada. Nesse ponto, uma data para a continuação do atendimento foi agendada. Durante esse intervalo, os procedimentos foram supervisionados pelo estagiário, aguardando documentos e outras ações que estavam a cargo do cliente.

Uma vez que o requerimento estava devidamente instruído, o estagiário preparou a petição, que foi posteriormente examinada pelo Professor-Orientador. Após a revisão e aprovação da peça, ela foi encaminhada para distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente, se assim fosse o caso.





NUPRAJU VELHO AMIGO

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos, Rita de Cassia Mendes da Silva

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) exerceu um papel fundamental na capacitação de estudantes de Direito, oferecendo-lhes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática. Isso implicou no desenvolvimento de habilidades cruciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU teve um impacto significativo ao fornecer serviços jurídicos gratuitos a comunidades carentes, assegurando o acesso à justiça e lidando com questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, o foco não se restringiu apenas à preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupou com a sua formação social e humanística, integrando-os nas comunidades locais. Isso foi feito por meio de visitas a comunidades carentes, onde os alunos ofereceram orientação jurídica gratuita, estabeleceram parcerias e realizaram atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo foi além da simples prestação de serviços jurídicos; teve a intenção de despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional. Através da prática jurídica, os alunos foram incentivados a adotar uma mentalidade jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na solução de casos reais. Isso envolveu a elaboração de pareceres e, quando necessário, a tomada de medidas judiciais, sempre sob a orientação de professores.

Quando não foi necessária intervenção judicial, os requerimentos foram arquivados após revisão de um professor. No entanto, quando a ação judicial se fez necessária, o processo foi devidamente preparado e encaminhado às autoridades competentes.

Em resumo, o NUPRAJU teve um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 05 de novembro de 2022, os estudantes do 4º e 8º semestres de Direito e Psicologia da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram ao Abrigo Sombra da Acácia, visando levar serviços jurídicos a comunidade de Jaciara – MT e trabalhar com o desenvolvimento pessoal idosas.

A ação teve como seu principal objetivo a promoção da inclusão social de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, refletindo um compromisso sólido e engajamento social em busca de uma transformação efetiva na sociedade, visando a integração plena das pessoas idosas na comunidade.

Além disso, essa atividade buscou conscientizar sobre os direitos das pessoas idosas, não apenas entre os idosos participantes, mas também entre os alunos envolvidos, promovendo uma cultura de inclusão para a terceira idade. Isso resultou na construção de uma sociedade mais empática, sensível, consciente e comprometida com a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

O projeto promoveu a inclusão social das pessoas idosas. Conduziu atividades de conscientização sobre seus direitos, proporcionando o desenvolvimento teórico, técnico e humano, também transmitido aos estudantes de Direito e Psicologia. Facilitou o aprendizado prático dos alunos.

Inspirou o desejo de contribuir para a sociedade em que estavam inseridos. Ensinou habilidades de pensamento e raciocínio necessárias para aplicar efetivamente o conhecimento adquirido em sala de aula. E por fim, facilitou a interação direta dos alunos com os idosos, envolvendo atividades lúdicas, jogos e conversas para despertar sentimentos e empatia, muitas vezes esquecidos pelos alunos.

O projeto foi desenvolvido sob a forma de visitas ao Abrigo Sombra da Acácia, oportunidade em que foram realizadas entrevistas, esclarecimento de dúvidas, brincadeiras e atividades com os idosos ali presentes, sob a supervisão dos professores-orientadores.

O NUPRAJU sempre se preocupou não apenas com a formação técnica, mas também com a formação social e humanística de seus alunos. Com esse propósito, o projeto buscou integrar os acadêmicos nas comunidades locais, especialmente aquelas mais necessitadas, abrangendo os municípios do Vale de São Lourenço e região.

A iniciativa teve como objetivo principal levar os estudantes para essas comunidades, estabelecendo parcerias e diálogos com organizações públicas e privadas. Durante essas visitas, foram realizadas várias atividades, incluindo atendimento, entrevistas e serviços de assistência jurídica e social. O objetivo era que os alunos não fossem apenas profissionais voltados para o mercado, mas também agentes de transformação em suas próprias comunidades, sensíveis à realidade local e capazes de contribuir efetivamente para melhorá-la.

Os impactos sociais e ambientais gerados à sociedade com a criação e o efetivo funcionamento do NUPRAJU foram inúmeros e, dentre eles, destacaram-se o acesso à justiça e cidadania de modo menos burocrático e mais equânime; a celeridade na resolução das questões controvertidas, com menor dispêndio de valores pecuniários para as custas cobradas na tramitação dos processos e, o mais importante, a solução dos conflitos baseada na decisão das partes em fazê-lo da maneira que melhor lhes aprouver, sem imposições de terceiros, dando às partes autonomia para que elas consigam resolver suas lides por si sós.

Iniciado o atendimento, o estagiário verificou a condição de carência do interessado, passando a seguir, se foi o caso, a tomar os dados e fornecer ao cliente a devida orientação e atividades, sob a supervisão dos Professor-Orientadores. Foram realizados atividades e exercícios com os idosos do abrigo, momento em que foi devidamente avaliada a interação direta dos alunos com os idosos.

Em determinadas situações, que foram averiguadas pelos professores, o atendimento foi concluído, e eventualmente, chegou-se à conclusão de que não seria necessária a intervenção em processo judicial ou administrativo, o requerimento foi registrado pelos alunos, de modo que após o visto de um Professor-Orientador, foi imediatamente arquivado.

Quando foi necessária a intervenção em processo judicial, o requerimento passou por uma segunda fase, na qual foram colhidas mais informações e registrada a possível necessidade de documentos. Além disso, foi marcada uma data para o retorno do atendimento para o devido prosseguimento. Nesse intermédio, tais procedimentos foram devolvidos pelo estagiário, devidamente supervisionados. Na sequência, deram entrada para a abertura da pasta do cliente, enquanto aguardavam documentos e demais providências a cargo do mesmo.

Devidamente instruído o requerimento, o estagiário peticionou e, depois que a peça foi examinada pelo Professor-Orientador, ela foi devidamente encaminhada à distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente. Todo o processo foi avaliado de acordo com a dificuldade de cada caso, chegando então à nota final do aluno.



NUPRAJU EM AÇÃO

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Vilso da Silva Franco, Isabel Ferreira Barcelos

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) é uma parte fundamental na formação de estudantes de Direito e na prestação de serviços jurídicos à comunidade. E visa a formação prática oferecendo aos discentes de Direito a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso. Isso permite que eles desenvolvam habilidades essenciais para a prática jurídica, como pesquisa, redação de petições, argumentação oral, negociação e resolução de conflitos atuando em casos reais sob a supervisão de professores ou advogados experientes, os estudantes ganham experiência profissional.

Para além das questões acadêmicas, o NUPRAJU dá acesso à justiça a comunidade carente, oferecendo serviços jurídicos gratuitos. Isso contribui para a promoção do acesso à justiça e ajuda a resolver questões legais que de outra forma poderiam ser negligenciadas. Deste modo ao prestar serviços jurídicos à comunidade, o NUPRAJU desempenha um papel significativo no fortalecimento da justiça e na resolução de problemas e pacificação social.

O NUPRAJU, preocupa-se não só com a formação técnica dos seus alunos, como também com a sua formação social e humanística. À vista disso, pretende inserir seus alunos não apenas no mercado de trabalho, mas também, no meio social das comunidades nas quais os mesmos fazem parte, englobando os municípios do Vale de São Lourenço e Região.

Deste modo o projeto visou então, levar os acadêmicos ao encontro destas comunidades, priorizando aquelas mais carentes, fazendo com que os acadêmicos visitem diversas localidades e comunidades, estabelecendo diálogos e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas, a fim de oferecer orientação e assistência jurídica gratuita às populações carentes.

Nessas visitas foram realizadas atividades de atendimento, entrevistas, prestação de serviços de assistência jurídica e social, de forma que o acadêmico não seja apenas um profissional que atenda às realidades do mercado, mas que também, e principalmente, esteja atento à realidade de sua comunidade e possa, efetivamente, agir como um agente transformador da realidade desta comunidade.

Neste panorama, tomando como base os conhecimentos obtidos pelos discentes no decorrer de sua formação jurídica, no dia 27 de agosto de 2022, os alunos do 8º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, orientados pelos professores em coperação com o NUPRAJU, levaram a cabo o objetivo principal de prestar serviços jurídicos aos moradores dos bairros de Jaciara – MT, a começar pelo bairro Jardim Clementina, a fim de trazer o contato direto do cotidiano da profissão, bem como do público, aguçando e desenvolvendo a “expertise”, através de uma série de atividades e práticas orientadas pelos professores.

Ademais, além de integrar atividades de ensino, pesquisa e extensão o NUPRAJU promoveu o permanente desenvolvimento das habilidades requeridas nas diversas carreiras jurídicas, interpretação, redação, argumentação, negociação e a humanidade.

Para além do objetivo principal de prestar o serviço jurídico a atividade também visou ensinar a prática real aos alunos, além de despertar a vontade de somar à sociedade na qual estão inseridos, devolvendo para a comunidade em geral, as benesses do ensino acadêmico e profissional.

Através da prática jurídica os alunos foram estimulados e ensinados a pensar de forma jurídica,

desenvolvendo o raciocínio necessário para bem desempenhar a prática, efetivando e aplicando os conhecimentos teóricos com a prática jurídica.

Visando desenvolver e efetivar os objetivos almejados o projeto será desenvolvido sob a forma de visitas aos bairros carentes do Vale de São Lourenço, onde foram previamente agendadas com os presidentes de bairros, oportunidade que foi realizada. Foram realizadas entrevistas com pessoas carentes da localidade, a fim de detectar situações de conflito ou necessidade de intervenções judiciais.

Em decorrência dos atendimentos foram desenvolvidos pareceres e quando necessário o ajuizamento das medidas judiciais cabíveis, sendo que as elaborações das peças processuais necessárias, bem como, dos pareceres e relatórios dos atendimentos que ficaram a cargo dos acadêmicos, sempre sob a supervisão dos professores-orientadores.

Deste modo, foram iniciados os atendimentos, os alunos verificaram as condições de carência dos interessados, passando a seguir, se for o caso, a tomar os dados e fornecer ao assistido a devida orientação, sob a supervisão do Professor-Orientador.

Feito o atendimento e eventualmente chegando-se à conclusão de que não será necessária a intervenção em processo judicial ou administrativo, os requerimentos foram registrados pelos alunos, de modo que após o visto de um Professor-Orientador, foram imediatamente arquivados.

Quando sendo necessária a intervenção em processo judicial, os requerimentos passaram por uma segunda fase, na qual foram colhidos mais informações e documentação possíveis e necessários, ao passo que foram marcadas uma data para o retorno do atendimento para o devido prosseguimento.

Nesse intermédio, tais procedimentos foram devolvidos pelo estagiário, devidamente supervisionados, onde na sequência darão para abertura da pasta do cliente, enquanto aguarda documentos e demais providências a cargo do mesmo.

Devidamente instruído o requerimento, o estagiário peticionou e, depois da peça examinada pelo Professor-Orientador, foram devidamente encaminhada à distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente.

Por fim, concluiu-se que o Núcleo de Prática Jurídica desempenhou um papel essencial na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes experiências práticas e promovendo o acesso à justiça para comunidades carentes. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas, preparando os futuros advogados para desempenhar um papel transformador na sociedade.



NUPRAJU EM AÇÃO: NO LEILÃO EM PROL DA APOR DE RONDONÓPOLIS E HOSPITAL DO CÂNCER DE CUIABÁ

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Isabel Ferreira Barcelos

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) desempenhou um papel fundamental na formação dos estudantes de Direito, permitindo-lhes aplicar seus conhecimentos teóricos na prática. Isso incluiu o desenvolvimento de habilidades essenciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU teve um impacto significativo ao oferecer serviços jurídicos gratuitos às comunidades carentes, garantindo o acesso à justiça e tratando de questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, sua missão foi além da mera preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupou com a formação social e humanística deles, integrando-os nas comunidades locais. Isso foi realizado através de visitas a comunidades carentes, onde os alunos forneceram orientação jurídica gratuita, estabeleceram parcerias e realizaram atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo não se limitou à prestação de serviços jurídicos; visou despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional. Através da prática jurídica, os alunos foram incentivados a adotar uma mentalidade jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na resolução de casos reais. Isso envolveu a elaboração de pareceres e, quando necessário, a tomada de medidas judiciais, sempre sob a orientação de professores.

Quando não foi necessária a intervenção judicial, os requerimentos foram arquivados após revisão de um professor. No entanto, quando a ação judicial se fez necessária, o processo foi devidamente preparado e encaminhado às autoridades competentes.

Em resumo, o NUPRAJU teve um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades..

Neste contexto, no dia 03 de setembro de 2023, os estudantes do 8º semestres de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram a Chácara Paróquia Bom Jesus, localizado na cidade de Juscimeira – MT, visando trabalhar com os alunos o desenvolvimento pessoal e social do trabalho voluntário.

A ação teve como principal objetivo a inclusão social dos alunos em prol do Vale do São Lourenço, bem como a promoção da cultura da inclusão e a contribuição para a construção de uma sociedade mais empática, sensível, consciente e engajada com a causa social e voluntária.

O objetivo geral foi a Promoção da inclusão social dos alunos, despertou o desejo de contribuir para a sociedade em que estavam inseridos, estimulou uma interação direta entre os alunos, visando despertar sentimentos de empatia que às vezes eram esquecidos por eles.

O projeto foi desenvolvido sob a forma de ajuda voluntária no leilão beneficente em prol da Apor de Rondonópolis e do Hospital do Câncer de Cuiabá, sob a supervisão dos professores-orientadores.

O NUPRAJU preocupou-se não apenas com a formação técnica de seus alunos, mas também com sua formação social e humanística. Nesse contexto, buscou inserir os alunos não apenas no mercado de trabalho, mas também nas comunidades dos municípios do Vale de São Lourenço e Região, onde eles estavam inseridos.

Na ação em questão, o objetivo era mostrar aos alunos a importância de estarem atentos à realidade de suas comunidades e capacitá-los para agirem como agentes de transformação nessas comunidades.

Os impactos sociais e ambientais gerados à sociedade com a criação e o efetivo funcionamento do NUPRAJU foram inúmeros e, dentre eles, destacaram-se o acesso à justiça e cidadania de modo menos burocrático e mais equânime; a celeridade na resolução das questões controversas. Menor dispêndio de valores pecuniários para as custas cobradas na tramitação dos processos e, o mais importante, a solução dos conflitos baseada na decisão das partes em fazê-lo da maneira que melhor lhes aprouve, sem imposições de terceiros, dando às partes autonomia para que elas conseguissem resolver suas lides por si sós.

Os alunos integraram e realizaram trabalho voluntário em um conjunto de ações focadas, especialmente, em interesses sociais e comunitários para a população, ou seja, a doação do seu tempo em prol de ajudar o Abrigo Sombra da Acácia. Todo o processo foi avaliado de acordo com a dificuldade de cada caso, chegando então à nota final do aluno.



NUPRAJU EM AÇÃO: ATENDIMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes, Isabel Ferreira Barcelos

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

A importância da prática na formação profissional é fundamental e desempenha um papel crucial no desenvolvimento de habilidades e na preparação para o mercado de trabalho, pois além de permitir a aplicação do conhecimento teórico em situações do mundo real, permitindo a consolidação do aprendizado, também auxilia no desenvolvimento de habilidades técnicas, de comunicação e interpessoais específicas, necessárias para a realização de tarefas específicas em seu campo.

Sabendo que o ganho de experiência, pelo aluno, influi diretamente no desenvolvimento da confiança em suas capacidades, pois contribui significativamente com suas habilidades em resolução de problemas a partir dos desafios reais enfrentados, o NUPRAJU busca aliar a formação prática dos alunos com responsabilidade social, levando os serviços jurídicos aos moradores de bairros economicamente menos favorecidos de Jaciara/MT.

Desta forma, a Faculdade busca exercer cada vez mais o seu papel social junto à população jaciarense, além de proporcionar ambiente adequado e eficaz para a formação teórica, técnica e humana dos alunos do Curso de Direito. O projeto NUPRAJU EM AÇÃO levou alunos do Curso de bacharelado em Direito ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, em Jaciara/MT, com o objetivo de prestar serviços jurídicos aos moradores do referido bairro e trazer interação direta entre os discentes, o cotidiano da profissão e o público, com vistas ao desenvolvimento das habilidades desses futuros profissionais, por meio de uma série de atividades e práticas orientadas pelos professores.

O NUPRAJU busca integrar atividades de ensino, pesquisa e extensão, e promover o permanente desenvolvimento de habilidades necessárias às diversas carreiras jurídicas, como interpretação, redação, argumentação, negociação e humanidade. Durante os atendimentos do presente projeto foram realizadas entrevistas no local a fim de detectar situações de conflito ou necessidade de intervenções judiciais. Referidos atendimentos foram resolvidos com a emissão de pareceres e/ou com o ajuizamento de medidas judiciais, sendo que, em ambos os casos, a elaboração das respectivas peças foi realizada pelos acadêmicos sob a supervisão dos professores-orientadores.

Em razão do quanto exposto, a participação dos alunos no presente projeto proporcionou não apenas a experiência de atendimento técnico, como também a inclusão dos discentes no meio social das comunidades, contribuindo não apenas a sua formação técnica, como também um agente de transformação social.

Ressalte-se que referida iniciativa produz inúmeros impactos na comunidade, dentre os quais se destacam o acesso à justiça de modo menos burocrático e mais equânime; celeridade na resolução das questões controvertidas; menor dispêndio de valores pecuniários; solução de conflitos baseada na decisão das partes, concedendo-se lhes mais autonomia na solução dos conflitos, sem a imposição de terceiros, dentre outros.

Por fim, infere-se que o envolvimento dos alunos em projetos dessa natureza é essencial na formação profissional, pois permite que os futuros profissionais desenvolvam habilidades e adquiram experiência, de modo a atender as realidades do mercado, como também lhe conferem formação humanística para estejam atentos à realidade de sua comunidade e possa agir como agentes de transformação social.



NUPRAJU “MÃO NA CONSCIÊNCIA”

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

A promoção dos direitos das crianças e adolescentes está alinhada com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e encontra-se estampada na Constituição Federal de 1988, no art. 227. Crianças e adolescentes são frequentemente mais vulneráveis a abusos, negligências, exploração e outras formas de violação dos direitos devido à sua dependência e falta de capacidade para proteger a si mesmos. Referidas situações são agravadas em decorrência de situações como pobreza, discriminação racial, de gênero e/ou orientação sexual.

Sabendo do postulado constitucional e moral de garantir a toda criança e adolescente o direito ao desenvolvimento de forma segura e protegida, livre de abusos e da exploração sexual, o projeto “NUPRAJU - MÃO NA CONSCIÊNCIA” tem atuado com vistas a sensibilizar, informar e convocar a sociedade a participar da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O projeto foi executado “Centro de Eventos”, na cidade de Jaciara – MT, sob a forma de palestra com profissionais da área jurídica, abertas aos alunos e à sociedade, com o intuito de levar informação e conscientização acerca dos direitos da criança e do adolescentes e mobilizar toda a sociedade a protegê-los de toda forma de violência e exploração.

Durante as palestras foram esclarecidas as diferentes formas de exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo abuso sexual, tráfico de pessoas, pornografia infantil e exploração online, com destaque para a gravidade de referidos crimes e o impacto destes na vida das vítimas.

Além disso, as palestras também ofereceram orientações sobre as medidas de prevenção, visando o engajamento da comunidade na prevenção à exploração sexual deste grupo de vulneráveis, e a promoção de valores que respeitem a dignidade das crianças e adolescentes.

No âmbito da formação profissional dos discentes do Curso de bacharelado em Direito, referidas atividades também são voltadas a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a promoção do permanente desenvolvimento das habilidades requeridas nas diversas carreiras jurídicas, além da formação social e humanística.

Referidos projetos são importantes à medida em que integram a academia à comunidade, com vistas a transformação social, pois ao mesmo tempo em que leva informação a diferentes camadas da sociedade, atuam diretamente na formação dos alunos não apenas no mercado de trabalho, mas também para atuar no meio social das comunidades nas quais fazem parte, englobando os municípios do Vale de São Lourenço e Região.

Assim sendo, pode-se afirmar que a criação do presente projeto e o respectivo envolvimento dos alunos foi extremamente exitosos, pois além de agregar conhecimento, oportunizando a estes o conhecimento da realidade, também lhe conferem formação humanística, com vistas a formação de agentes de transformação social.



NUPRAJU EM AÇÃO: NO PRIMEIRO MULTIRÃO VIVA JACIARA

Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Vinícius Piccini Nunes

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: Aprender fazendo (Learn by doing)

Viver em sociedade significa se relacionar e estar sujeito a conflitos. O Direito se mostra como essencial para a criação e aplicação de normas voltadas à pacificação dos casos. Muito além disso, existem situações em que a ausência de lide está presente, porém as pessoas necessitam de conhecimento sobre as vias e medidas necessárias para atingir o objetivo.

Ciente disso, o NUPRAJU tem procurado proporcionar aos alunos uma formação técnica e preparada para um aperfeiçoamento o social e humanístico. O local escolhido foi o Estacionamento do Fórum da Comarca, buscando levar serviços jurídicos aos moradores de Jaciara – MT.

Esses alunos concluirão o curso altamente preparados para ingressar no mercado de trabalho, no meio social e na sociedade em que vivem, procurando atender seus clientes e todos aqueles que precisarem, sempre com um olhar voltado para melhoria de todos. No local do evento, os acadêmicos ainda têm a oportunidade de interação com órgãos e instituições públicas e privadas, no mesmo instante em que prestam orientação e assistência jurídica e cidadania às populações carentes. O núcleo gera impactos sociais e ambientais para a sociedade, especialmente quanto ao acesso à justiça e cidadania, sem muita burocracia e afim de proporcionar celeridade quanto às questões controvertidas.

É importante lembrar que muitos dos atendidos sequer sabem que podem acessar o poder judiciário sem que precise realizar o pagamento de custas e também se valer do atendimento da Defensoria Pública para o peticionamento e defesa de seus interesses. O NUPRAJU possibilita o esclarecimento de temas como esses e também serve para demonstrar que as pessoas não estão sozinhas.

A metodologia empregada no projeto é atender carentes, detectar situações de conflito ou necessidade de intervenções judiciais. Após isso, são elaboradas peças processuais necessárias e mitido pareceres e relatórios dos atendimentos, os quais ficam a cargo dos acadêmicos, supervisionados pelos professores-orientadores.



E não é só isso, o estagiário recebe a orientação para verificar as condições de carência do interessado, extrai os dados para fornecer ao cliente a orientação necessária à realização de suas atividades.

Uma vez verificado que é preciso utilizar a intervenção em processo judicial, o requerimento é encaminhado para outra fase, onde as informações, registros e documentos são agendados para outra data e assim dar prosseguimento ao processo. Cumpre registrar que as atividades desenvolvidas objetivam garantir conscientização dos direitos das pessoas, beneficiando as pessoas atendidas e também propiciando um acesso à cultura da inclusão e a construção de uma sociedade que tenha compromisso com a promoção de direitos.

Por fim, convém dizer que esse projeto se apresenta como uma faculha de esperança em meio a tantos outros que visam enfrentar as dificuldades de um país com o seu histórico de desigualdade, situação complexa que exige ação conjunta da sociedade, sendo a faculdade um local onde muitas pessoas estão aprendendo e com entusiasmo para a aplicação prática começando pela sua cidade, Jaciara-MT.



NUPRAJU VAI À ESCOLA

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Isabel Ferreira Barcelos,
 Vinicius Piccini Nunes

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

Promover a cidadania nas escolas por meio de palestras com profissionais desempenha um papel crucial na formação de cidadãos engajados, conscientes e responsáveis, contribuindo para o fortalecimento da democracia e com o desenvolvimento de comunidades mais ativas e participativas.

Visando a formação de profissionais conscientes, o NUPRAJU tem atuado em diversas frentes, sempre visando integrar a comunidade e a academia, exercendo seu papel social na comunidade jaciarense, e proporcionando ambiente adequado para a formação teórica, técnica e humana dos alunos do Curso de Direito.

Neste viés, o NUPRAJU promoveu palestras nas escolas sobre o curso de direito, por meio de uma exposição acerca da experiência profissional dos professores Lucas Henrique Mascarenhas e Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, ambos também advogados atuantes na comarca de Jaciara/MT.

Referidas palestras foram direcionadas aos estudantes do último ano do ensino médio, com o intuito de levar informação e conscientização sobre a importância de se conhecer e defender os direitos individuais e coletivos, e de que forma essa consciência pode afetar suas vidas e a comunidade em geral.

Na oportunidade, ambos os palestrantes estavam acompanhados de alguns acadêmicos do Curso de bacharelado em Direito, e puderam expor aos alunos algumas de suas experiências dentro da profissão, ressaltando a importância da advocacia e esclarecendo qual o seu papel na sociedade e em como a concretização da justiça social necessariamente depende da atuação do advogado.

Além dos professores palestrantes terem tirado as inúmeras dúvidas dos alunos, os acadêmicos de Direito também puderam contribuir elaborando questionamentos e expondo suas experiências dentro do Curso.

Referida atividade buscou, além da promoção de conhecimento e conscientização ao público alvo das palestras, proporcionar aos acadêmicos do curso de bacharelado em Direito um ambiente adequado para o desenvolvimento de variadas habilidades necessárias às diversas carreiras jurídicas como a oratória, argumentação e negociação, além de promover o constante diálogo e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas.

No âmbito da formação profissional dos discentes do Curso de bacharelado em Direito, referidas atividades buscaram também a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a promoção do permanente desenvolvimento das habilidades requeridas nas diversas carreiras jurídicas, além da formação social e humanística.

Infere-se, portanto, que a expectativa com a referida palestra foi devidamente atingida, pois ao mesmo tempo em que forneceu informações relevantes para que os estudantes do último ano do ensino médio possam tomar decisões mais conscientes, auxiliando-as a compreender seus direitos e responsabilidades, foi possível perceber grande interesse nos acadêmicos do Curso de Direito que acompanharam os professores palestrantes, pois participaram de forma ativa, formulando questionamentos e fomentando um saudável debate acerca das carreiras jurídicas e a necessidade de conscientização da sociedade sobre seus direitos.



VISITA DE ESTUDANTES À DELEGACIA DE POLÍCIA DE JACIARA - MT: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO CÍVICA E CONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani, Isabel Ferreira Barcelo,
Vinicius Piccini Nunes

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) desempenha um papel vital na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática. Isso envolveu o desenvolvimento de habilidades essenciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU teve um impacto significativo ao oferecer serviços jurídicos gratuitos às comunidades carentes, garantindo o acesso à justiça e lidando com questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, a ênfase não se restringe apenas à preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupa com a formação social e humanística dos discentes, integrando-os nas comunidades locais. Isso foi alcançado por meio de visitas a comunidades carentes, nas quais os alunos ofereceram orientação jurídica gratuita, estabeleceram parcerias e realizaram atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo foi além da simples prestação de serviços jurídicos; visava despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional. Através da prática jurídica, os alunos foram incentivados a adotar uma mentalidade jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na resolução de casos reais. Isso incluiu a elaboração de pareceres e, quando necessário, a tomada de medidas judiciais, sempre sob a orientação de professores.

Quando não foi necessária intervenção judicial, os requerimentos foram arquivados após revisão de um professor. No entanto, quando a ação judicial se fez necessária, o processo foi devidamente preparado e encaminhado às autoridades competentes.

Em resumo, o NUPRAJU teve um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 15 de fevereiro de 2023, os estudantes do 2º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram na Delegacia de Polícia de Jaciara – MT.

O objetivo foi proporcionar aos alunos uma oportunidade única de conhecer de perto as operações de uma instituição de segurança pública, promovendo a educação cívica e o entendimento sobre o funcionamento do sistema policial. Durante a visita, os alunos foram recebidos por uma equipe de policiais, escrivães, investigadores e o delegado de polícia, participaram de palestras informativas e tiveram a chance de explorar a estrutura da delegacia, incluindo as áreas onde os presos são mantidos.

A visita à Delegacia de Polícia de Jaciara, MT, foi uma oportunidade valiosa para os alunos expandirem seu conhecimento sobre o papel da polícia na sociedade, compreenderem os procedimentos de investigação e a importância da aplicação da lei. Além disso, eles tiveram a chance de interagir com profissionais da área, esclarecer dúvidas e desmistificar algumas percepções equivocadas sobre o trabalho policial.

A visita ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2023 com a participação do 2º Semestre de Direito. A programação incluiu uma recepção calorosa por parte dos membros da delegacia, seguida de

palestras informativas sobre os diferentes setores da instituição. Os alunos puderam explorar as dependências da delegacia, incluindo a sala de investigação, a área de registros e, mais significativamente, o local onde os presos são mantidos.

Durante a visita, os alunos tiveram a oportunidade de compreender o fluxo de trabalho de uma delegacia de polícia, desde a chegada de um caso até a investigação e detenção, se necessário. Eles observaram as técnicas de coleta de evidências, aprenderam sobre a importância dos direitos dos cidadãos e testemunharam o profissionalismo dos policiais e escrivães em ação.

As palestras informativas abordaram temas como a prevenção do crime, os desafios enfrentados pelos policiais no desempenho de suas funções e a importância da colaboração da comunidade na manutenção da segurança pública. Os alunos também puderam fazer perguntas e participar de discussões com os profissionais da delegacia.

A visita à Delegacia de Polícia de Jaciara, MT, foi uma experiência enriquecedora para os alunos, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda do sistema de justiça criminal e do trabalho árduo realizado pelos profissionais da área. Essa iniciativa demonstra a importância da educação cívica na formação de cidadãos conscientes e informados, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Esta experiência também destaca a relevância de parcerias entre instituições de ensino e órgãos de aplicação da lei, criando oportunidades de aprendizado prático que vão além das salas de aula. Espera-se que visitas como essa inspirem os alunos a considerar carreiras no campo da aplicação da lei e a fortalecer a relação entre a comunidade e as forças de segurança pública.





ASSENTAMENTO RENASCER JACIARA MT

Lucas Henrique Mascarenhas, Joseane Malheiros Alvim Parmigiani

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

O Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU) desempenha um papel vital na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática. Isso envolveu o desenvolvimento de habilidades essenciais para a advocacia, como pesquisa, redação de petições e argumentação oral. Além disso, o NUPRAJU teve um impacto significativo ao oferecer serviços jurídicos gratuitos às comunidades carentes, garantindo o acesso à justiça e lidando com questões legais frequentemente negligenciadas.

No entanto, a ênfase não se restringe apenas à preparação técnica dos alunos. O NUPRAJU também se preocupa com a formação social e humanística dos discentes, integrando-os nas comunidades locais. Isso foi alcançado por meio de visitas a comunidades carentes, nas quais os alunos ofereceram orientação jurídica gratuita, estabeleceram parcerias e realizaram atividades como atendimento, entrevistas e assistência jurídica e social.

O objetivo foi além da simples prestação de serviços jurídicos; visava despertar o desejo de retribuir à sociedade os benefícios da educação acadêmica e profissional. Através da prática jurídica, os alunos foram incentivados a adotar uma mentalidade jurídica, desenvolvendo habilidades de raciocínio e aplicando seus conhecimentos teóricos na resolução de casos reais. Isso incluiu a elaboração de pareceres e, quando necessário, a tomada de medidas judiciais, sempre sob a orientação de professores.

Quando não foi necessária intervenção judicial, os requerimentos foram arquivados após revisão de um professor. No entanto, quando a ação judicial se fez necessária, o processo foi devidamente preparado e encaminhado às autoridades competentes.

Em resumo, o NUPRAJU teve um papel central na formação prática de estudantes de Direito, na prestação de serviços jurídicos à comunidade carente e na promoção do acesso à justiça. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas nos alunos, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades.

Neste contexto, no dia 20 de julho de 2022, os estudantes do 7º semestre de Direito da Faculdade Eduvale Educacional, sob a orientação dos professores em colaboração com o Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJU), compareceram a ASSENTAMENTO RENASCER em Jaciara MT, visando levar os alunos a conhecer a realidade desta comunidade.

Como resultado dos atendimentos, foram elaborados pareceres e, quando necessário, ações judiciais foram iniciadas. A responsabilidade pela elaboração de documentos processuais, pareceres e relatórios dos atendimentos recaiu sobre os



acadêmicos, sempre sob a supervisão dos professores orientadores.

Após a fase inicial dos atendimentos, os alunos avaliaram as condições dos assistidos e, quando adequado, forneceram orientações apropriadas, sempre com a supervisão do professor orientador. Quando ficou claro que não seria necessária intervenção judicial ou administrativa, os requerimentos foram registrados pelos alunos e, após revisão de um professor, arquivados.

Quando a intervenção judicial se mostrou necessária, os requerimentos passaram por uma segunda fase, na qual informações adicionais e documentação relevante foram coletadas. Também foi marcada uma data para o retorno do atendimento para dar continuidade ao processo.

Durante esse intervalo, os procedimentos foram revisados pelos estagiários e, após supervisão adequada, encaminhados para abertura das pastas dos clientes, aguardando a documentação e as providências necessárias por parte dos assistidos.

Após a devida instrução do requerimento, os estagiários apresentaram petições judiciais e, após revisão do professor orientador, os documentos foram encaminhados para distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente. Quando sendo necessária a intervenção em processo judicial, os requerimentos passaram por uma segunda fase, na qual foram colhidos mais informações e documentação possíveis e necessários.

Nesse intermédio, tais procedimentos foram devolvidos pelo estagiário, devidamente supervisionados, onde na sequência darão para abertura da pasta do cliente, enquanto aguarda documentos e demais providências a cargo do mesmo. Devidamente instruído o requerimento, o estagiário peticionou e, depois da peça examinada pelo Professor-Orientador, foram devidamente encaminhadas à distribuição ou protocolo no Fórum ou órgão competente.

Por fim, concluiu-se que o Núcleo de Prática Jurídica desempenhou um papel essencial na formação dos estudantes de Direito, proporcionando-lhes experiências práticas e promovendo o acesso à justiça para comunidade. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades profissionais e éticas, preparando os futuros advogados para desempenhar um papel transformador na sociedade.





O SEMINÁRIO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA AUXILIAR NO APROFUNDAMENTO DO ESTUDO DE TEMAS RELEVANTES E DE POSSIBILITAR UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA COM O USO DO RECURSO DA ORALIDADE

Prof. Esp. Tales Passos de Almeida

Curso de Direito

Atividade de Ensino

Aprendizagem Baseada na Participação Ativa

O processo jurídico, de forma geral, tem, nas últimas décadas, passado por profundas transformações, alterando sua forma e sua dinâmica, exigindo, assim, dos profissionais que atuam na seara jurídica, a necessidade de adequação às novas habilidades exigidas.

Nesse sentido, num processo jurídico que vem se democratizando cada vez mais, a presença da oralidade e do debate entre as partes que o integram, tem chamado a atenção para a necessidade de uma preparação profissional que contemple, inclusive na formação em nível de bacharelado, esse aspecto do processo contemporâneo.

Veja-se, a título de exemplo, que a Lei 9.099/1995¹ que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, logo no seu início, destacou entre os diversos princípios que orientam os Juizados, o princípio da oralidade.



Por seu turno, no processo penal, no procedimento comum ordinário, conforme disciplinado pelo artigo 403, caput, do Código de Processo Penal² em vigor, a audiência de instrução e julgamento, como ato final, exige que as partes, tanto a defesa quanto a acusação, ainda em audiência, apresentem alegações finais orais pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez).

Destaque-se, ainda, que só excepcionalmente, se admitirá a apresentação das alegações finais na forma escrita, e isto, a critério do juiz, considerada a complexidade do caso ou número de testemunhas.

Da mesma forma, no processo civil, consoante o artigo 364 do Código de Processo Civil³, terminada a instrução, o juíza passará a palavra ao advogado do autor e do réu, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez).

E não poderia ser diferente em relação ao processo trabalhista, onde a oralidade também se faz intensamente presente. Com efeito, conforme a modalidade de procedimento, mesmo a impugnação à contestação pode ser feita de forma oral, sendo que no procedimento sumaríssimo, consoante o artigo 852-H da Consolidação das Leis Trabalhistas, a impugnação deve ser feita oralmente, após a apresentação da defesa.

Não bastasse isso, vale destacar ainda que a audiência de instrução e julgamento, seja em qualquer das searas jurídicas, se consubstancia num momento que além de complexo é crucial do ponto de vista probatório, já que é neste ato que o juiz terá contato direto com as testemunhas arroladas pelas partes. Testemunhas estas que serão, oralmente, inquiridas pelas partes. Destacando-se que no âmbito do processo penal, esta inquirição se faz diretamente, sem a mediação do juiz.



De fato, de acordo com o artigo 212, caput, do Código de Processo Penal, as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha. E mais, mesmo a impugnação da prova testemunhal, que se faz necessária, por exemplo, quando se está diante de uma testemunha proibida de depor ou que tenha interesse na causa, por força do artigo 214 do Código de Processo Penal, também deve ser feita de forma oral.

Tudo o que foi exposto acima, deixa evidente o fato de que a formação de bacharéis em Direito não pode prescindir da sua preparação para o uso da oralidade enquanto importante instrumento profissional.

Foi principalmente pensado nesta questão, a de auxiliar na preparação, na prática, os alunos para o emprego da oralidade em suas vidas profissionais, que foi organizado e realizado um seminário com a Turma do 2º Semestre de Direito,

que teve como objeto de estudo o acesso à justiça, sendo, que, ao todo, foram estudados, apresentados e debatidos, em sala de aula, os seguintes tópicos: a) a função social do Estado contemporâneo e seus reflexos no direito processual; b) acesso à justiça e processo no Estado contemporâneo; c) principais entraves não jurídicos ao acesso à justiça; d) principais entraves jurídicos ao acesso à justiça.

Não fosse suficiente a oportunidade de experienciar, na prática, o uso da oralidade, o seminário também possibilitou aos alunos, através do estudo do tema do acesso à justiça, o contato com a dura realidade socioeconômica brasileira. Uma realidade que, injustamente, tem excluído milhões de pessoas do acesso aos bens sociais mais básicos, e, entre eles, o direito à justiça.

Cabe destacar, por fim, que o momento das apresentações, que foi o ponto mais alto do seminário, revelou alunos, apesar de ainda estarem em uma série inicial, com incríveis potenciais que vão desde um excelente domínio da palavra falada, ao compromisso e à solidariedade uns com os outros. Solidariedade não apenas internamente aos grupos que apresentaram seus trabalhos, como solidariedade entre os grupos, já que mesmo após as suas apresentações, continuaram a manter a presença na apresentação dos outros.

O RACISMO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Prof. Tales Passos de Almeida

Direito, Atividade de Ensino

Metodologia Empregada: “Aprender fazendo (Learn by doing)”

A importância da atividade em questão repousa no fato de diversos estudos e pesquisas terem revelado que o Brasil padece daquilo que o Professor Silvio Almeida chamou de racismo estrutural⁴, racismo este que inclusive se encontra presente e se realiza através das próprias estruturas responsáveis pela operacionalização prática do direito, como bem chamou a atenção o Sociólogo Loïc Wacquant⁵.

Chamar a atenção dos alunos para um dado estruturante da realidade política, econômica, histórica e cultural do Brasil que é o racismo.

Tornar os alunos conscientes do fato de que o simples registro formal de uma norma instituidora de direitos fundamentais na Constituição não garante sua eficácia social.

Colocar o aluno em contato com a paradoxal realidade de que o próprio sistema de justiça encarregado de aplicar e assegurar direitos fundamentais pode se constituir, e tem se constituído, em seu principal violador.

Criar um campo de reflexão crítica capaz de possibilitar que o aluno se redescubra enquanto agente social ativo de transformação das estruturas sociais.

Metodologia empregada:

Esta atividade, organizada como seminário, explorou diversas questões implicadas diretamente com o racismo. Nesse sentido, segundo os assuntos selecionados previamente pelo professor, foram formados diversos grupos voltados para a pesquisa, estudo, debate e exposição dos seguintes temas: a) O caso Siegfried Ellwanger; b) O caso Moïse Gabagambe, c) Racismo estrutural; d) Racismo científico; e) seletividade do sistema pena; f) A questão da injúria racial. A par disso, ao final, os alunos ficaram também encarregados de convidar algum intelectual com conhecimento sobre a questão do racismo no Brasil, bem como com engajamento social e político no seu enfrentamento, sendo convidado o Professor Doutor Theo Dias Pereira.

A palestra ministrada pelo Professor Doutor Theo Dias Pereira, no dia 28 de junho do ano corrente, foi de extrema valia, tendo o professor realizado uma explanação introdutória acerca de diversos conceitos fundamentais ligados ao estudo do racismo no Brasil, bem como, com auxílio de recursos audiovisuais, elaborado um resumo histórico descritivo demonstrando, entre outros pontos, os diversos processos sociais, políticos e culturais responsáveis pela estruturação do racismo, além de fazer também uma breve explanação sobre as diversas estatísticas sociais confirmadoras não só da realidade do racismo, como também de suas dramáticas consequências, sendo que, ao final, foi aberto um diálogo entre o professor e os alunos, momento em que foram realizadas diversas questões e tiradas várias dúvidas.

Além do aprofundamento do conhecimento acerca da realidade do racismo na sociedade brasileira contemporânea, pode-se verificar que alunos tiveram excelente engajamento com as diversas tarefas propostas, tendo participando ativamente não só das atividades mais afetas especificamente ao seu próprio grupo, como também, de forma mais geral, das atividades dos demais grupos, e, sobretudo, da palestra Ministrada pelo Professor Theo Dias Pereira, fato que pode ser verificado não só pela presença maciça, como também participação ativa.



